ANAIS
IV EURO ELECS
2021

ARTIGO

EMAU E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

SANTOS, Gabriel Lyon Figueiredo dos
(gabriellyonfs@gmail.com)
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

ANDRADE, Liza Maria Souza de
(lizamsa@gmail.com)
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

SILVA, Ana Luiza Aureliano
(alaurelianosilva@gmail.com)
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

LOUREIRO, Vânia Raquel Teles
(vania.teles.loureiro@gmail.com)
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

PALAVRAS-CHAVE:

Extensão universitária. Inserção curricular. Escritório Modelo. Transdisciplinaridade. Participação social.

RESUMO

Parte fundamental do tripé institucional formado pelo Ensino, Pesquisa e Extensão, a Extensão Universitária busca desenvolver a aproximação entre universidade e sociedade por meio de atividades, projetos e programas relacionados com as realidades socioespaciais. Possibilitando uma comunicação mais efetiva com a sociedade, a extensão permite a troca de saberes e a prática de uma educação verdadeira, potencializando a transformação social. No contexto dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil os EMAUs (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo), se destacam como projeto potente no estabelecimento desse diálogo associando a extensão à pesquisa e ao processo de graduação, com caráter transdisciplinar e democrático, especialmente nas regiões Sul, Sudeste, e Centro-oeste do país onde se concentram o maior número de escritórios (FENEA, 2019). A importância desses grupos se destaca nesta pesquisa que visibiliza o papel do EMAU no processo de institucionalização da extensão, tendo como principal objeto de estudo o EMAU CASAS e a sua relação com a FAU-UnB. Este artigo tem por objetivo relacionar a situação dos EMAUs a nível nacional, bem como a representatividade do projeto nas regiões brasileiras, as condições de institucionalização dos escritórios, e a sua importância para a formação dos estudantes, tendo em vista a função social da profissão. A pesquisa se estruturou com base nos planos e programas de extensão universitária vinculados ao projeto, no banco de dados da FeNEA e em questionários on-line direcionados aos EMAUs em todo o País, possibilitando um panorama das condições de institucionalização dos escritórios nas Faculdades. A pesquisa, que revelou um grande percentual de EMAUs não institucionalizados, demonstra o fundamental papel da institucionalização do EMAU na curricularização da extensão universitária nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, enfatizando a importância da manutenção desses programas em uma perspectiva de transformação do sistema de ensino e no processo de formação política dos estudantes.

1. INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária tem como fundamental objetivo desenvolver o diálogo entre universidade e sociedade de forma próxima por meio da promoção de atividades que estão diretamente ligadas às realidades socioespaciais. Existe, portanto, a possibilidade de realizar uma comunicação efetiva com a sociedade produzindo conhecimento, a partir da troca de saberes, e resultando na formação dos agentes inseridos nesse contexto (universidade, instituições, comunidades e movimentos sociais), bem como na transformação social.

No contexto da formação em arquitetura e urbanismo, é necessário adentrar uma perspectiva mais crítica em relação ao espaço construído e às demandas sociais, levando em conta a estrutura societária, os padrões de consumo vigentes, e as desigualdades espacializadas. Nesse sentido, deve-se buscar um processo formativo que vá ao encontro do que Paulo Freire apresenta como uma construção da extensão não como uma extensão de um conhecimento pronto que chega à comunidade, mas como a construção da comunicação entre o saber científico e o saber social, em uma interação dialógica (FREIRE, 1983).

De acordo com Name e Mossab (2020), historicamente as ciências sociais foram "eivadas pelo eurocentrismo", nesse contexto "as noções de progresso científico se confundiram com as de progresso material dos países hegemônicos" (NAME e MOSSAB, 2020, p. 14). A própria inserção da área no mercado de trabalho formal, tradicionalmente colabora na manutenção de um status quo da profissão, apagando a função social da mesma e influenciando no ensino e na produção de conhecimento da área. Dessa forma a mesma lógica de dominação, também se estabelece no que diz respeito à formação tradicional em arquitetura e urbanismo, em sua própria dinâmica de organização. É preciso forjar meios de reinventar o conhecimento acerca da arquitetura e urbanismo, sobretudo olhando para o próprio território, seus saberes, culturas e memórias em uma perspectiva decolonial. A arquitetura e o urbanismo, no campo das ciências sociais aplicadas, que deve ter na práxis associada à teoria o diálogo com a sociedade como eixo estruturante, apresenta possibilidades de intervenção nesse contexto e possui um papel importante na valorização e construção desse conhecimento.

Não é possível aprender sobre as cidades, os espaços, a ocupação urbana detendo-se somente à sala de aula e teorizações, devemos buscar nos espaços das cidades, como reunião de símbolos, culturas e histórias o espaço para o aprendizado mútuo, explorando toda a sua "potencialidade para o campo pedagógico" (RIOS, 2012, P.4). Buscar caminhos alternativos, ampliando com isso a noção espacial e territorial por meio da área do conhecimento da arquitetura e do urbanismo é possível e necessário. Aproxima a área de conhecimento da sociedade, questiona o *status quo* e possibilita uma dimensão da arquitetura mais abrangente e diversa, atendendo inclusive ao princípio "dialógico multidimensional" da sustentabilidade apontado por Andrade (2014) (ANDRADE, 2014. p.506).

Dentre os projetos de extensão existentes nas faculdades de arquitetura e urbanismo brasileiras, estão presentes os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo ou EMAUs. Segundo a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura

e Urbanismo do Brasil (FeNEA), o EMAU é um projeto de extensão universitária ligado à pesquisa e ao processo de graduação e "visa a melhoria da educação e da formação profissional através da vivência social e da experiência teórico-prática como um todo" (FeNEA, 2007). Com a livre participação de todos os estudantes da área, o EMAU se torna um espaço de produção e debate aberto a toda a sociedade, demonstrando assim um caráter transdisciplinar e democrático. Tendo como princípio norteador a formação de um espaço de debate técnico e político e de produção de conhecimento por meio da realização de projetos de ação compartilhada e flexível. No contexto da FAU-UnB em 2002 foi constituído como o EMAU da Universidade de Brasília, o CASAS (Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável), que pode ser considerado como importante porta de entrada dos estudantes da graduação para a temática da sustentabilidade, associada à tecnologia em diálogo com a sociedade.

Este artigo, se constitui como um dos produtos da pesquisa realizada no âmbito do Edital Vida Estudantil (Edital DEG/DEX/DAC no. 20/2018) "Precisamos falar sobre o ensino da FAU" e analisa o panorama dos escritórios modelo em âmbito nacional como espaços de promoção da extensão universitária. A pesquisa visa apresentar a importância desse projeto para a institucionalização da extensão universitária e para a formação dos agentes envolvidos com as escolas de Arquitetura e Urbanismo do país, bem como das comunidades. Além desse contexto, o trabalho tem como objeto de estudo o EMAU CASAS e sua relação com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, onde está instituído.

O Art. 207 da CF de 1988, atribui às universidades "autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial", e determina o "princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 2020). Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9394/96), em seu Art. 43, atesta que a educação superior tem por finalidade, entre outras, "promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição" (BRASIL, 2018a). Por sua vez, o Plano nacional de Educação (PNE) em vigor (Lei n° 13.005/2014), em sua Meta 12.7, determina que se assegure "no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (BRASIL, 2014).

A Resolução CNE/CES Nº 7/2018 determina as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regula o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o PNE 2014-2024 (BRASIL, 2018b). Esta resolução regulamenta (art.4º) que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos, e que essas atividades devem ser obrigatoriamente presenciais (art.9º) (Idem). De acordo com a mesma resolução, são consideradas atividades de extensão (art.7º) as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante. Além disso, estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior, entre outras: "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade", "a formação cidadã dos estudantes", e

"a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas" (Ibidem).

Todas essas normativas representam um certo avanço institucional no que diz respeito ao reconhecimento da extensão como um eixo importante no processo formativo dos estudantes. O desafio está em transformar os planos políticos pedagógicos e as estruturas dos cursos no âmbito do ensino superior para que, não somente permitam a inserção curricular da extensão, como também reconheçam seu valor cultural e educacional. Tomamos como base os pensamentos de Freire (1983) que, que reflete sobre a indispensável relação dialógica do conhecimento no mundo humano, que é o mundo da comunicação, uma vez que "não há pensamento isolado, na medida em que não há homem isolado" (FREIRE, 1983, p. 44). No âmbito da extensão, é necessária a valorização do contexto dos sujeitos, a "co-participação de outros sujeitos", na prática do pensar coletivo (Idem. p. 45). As práticas desenvolvidas pelos EMAUs nos cursos de arquitetura e urbanismo demonstram o apreço por uma formação que não somente se ampara na técnica, mas que se dispõe à uma construção política em torno de práticas mais sustentáveis e valorizando a dimensão social do indivíduo. Dessa forma, os EMAUs não buscam em sua prática a domesticação do saber, a partir de uma "extensão educativa" (Ibidem, p.15), mas uma educação libertadora que se baseia na prática da comunicação e do diálogo.

2. OBJETIVO

Diante da necessidade da inserção curricular da extensão nos cursos de graduação, este estudo tem como objetivo trazer visibilidade para o projeto EMAU como prática extensionista nos cursos de arquitetura e urbanismo. Reforçando assim, a importância dos escritórios modelo para disseminação da arquitetura mais sustentável nos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Contribuindo para o novo projeto político e pedagógico da FAU-UnB a partir da análise de experiências desenvolvidas fora do âmbito acadêmico, visando um ensino inovador e inclusivo tendo como fundamento abordagens de estreitamento entre o saber acadêmico e popular, assim como a garantia do bem-estar e condições de permanência de todos envolvidos nos diversos processos de aprendizagem.

3. METODOLOGIA

Como construção metodológica foram desenvolvidos levantamentos sobre a estrutura e criação do Projeto EMAU, levantados dados sobre os EMAUs no banco de dados disponibilizado pela FeNEA bem como nos SeNEMAUs, elaborado e disponibilizado um questionário de alcance nacional a fim de entender a relação dos estudantes com os escritórios modelos, bem como a situação atual desses escritórios, presentes em outras universidades brasileiras visando, portanto, identificar potencialidades. A observação participante também fez parte do processo, uma vez que, um dos autores do artigo integra o EMAU CASAS na Universidade de

Brasília. Além disso, foi realizada a sistematização e análise dos dados recolhidos, que são apresentados neste artigo.

4. O CONTEXTO DOS EMAUS

No início dos anos 90, com a retomada das atividades dos Centros Acadêmicos das Universidades e da FeNEA, houve uma reabertura dos espaços de discussão política, que buscavam além da complementação do ensino universitário, a reafirmação do compromisso social da academia no Brasil (FENEA, 2005). Nesse contexto, buscava-se ainda uma "imersão na comunidade, na liberdade da idealização", que levou à criação do EMAU, um projeto de Extensão Universitária idealizado pela FeNEA (Idem). O escritório modelo funciona como um espaço de experimentação e aplicação do intercâmbio de conhecimentos adquiridos no processo de aprendizado mútuo entre as instituições de ensino e a sociedade, buscando o princípio básico da extensão: o desenvolvimento nos dois campos a partir da troca de saberes.

A carta de definição dos EMAUs, elaborada durante o XXXI Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (ENEA) realizado no ano de 2007, apresenta as principais características que justificam e materializam toda sua relevância para a extensão universitária nas escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. A carta apresenta a relação entre os pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão, que promovem essa constante comunicação entre a universidade e sociedade, a fim de reforçar a responsabilidade coletiva envolvida nessa relação, afirmando: "a melhoria da educação e da formação profissional através da vivência social e da experiência teórico-prática como um todo" (FENEA, 2007).

A carta define ainda alguns princípios básicos para que sejam considerados como escritórios modelos, tendo como base os eixo norteador ético desses princípios, quatro postulados pela UNESCO e União Internacional de Arquitetos para educação em Arquitetura e Urbanismo:

> "Garantir qualidade de vida digna para todos os habitantes dos assentamentos; Uso tecnológico que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas dos povos; Equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído; Arquitetura valorizada como patrimônio e responsabilidade de todos." (Idem, p.1)

Com base nesses postulados, os princípios que definem os EMAUs observam a "Gestão Estudantil", "Horizontalidade nas Tomadas de Decisão", "Coletividade" "Multidisciplinaridade", "Não assistencialismo", "Atuação em locais não alcançados pelo profissional arquiteto", "ausência de fins lucrativos" (Ibidem). Dessa forma os EMAUs trazem a coletividade como ponto central na realização de suas atividades, fomentando a prática da transdisciplinaridade onde a participação nos projetos não se restringe aos campi universitários e busca uma relação onde não exista a hierarquia do saber científico sobre o saber popular, entendendo que a

melhoria da qualidade de vida de qualquer comunidade só pode ser promovida se os seus agentes são considerados de forma equivalente dentro desse processo.

Para além disso, é reforçado o caráter de organização horizontal, sem a hierarquização das funções realizadas dentro e fora do escritório. Essa forma de atuação se faz essencial para que a prática do diálogo entre os agentes envolvidos com o EMAU construa uma sustentabilidade da comunidade com trocas ativas de conhecimentos. Uma das principais formas de atuação do escritório se dá no exercício de trabalhar ações flexíveis e compartilhadas com as comunidades, onde não é proposta a realização de projetos já acabados e sim de evidenciar a importância do método participativo, considerando assim a arquitetura como um processo contínuo.

O projeto visa o corpo discente como agente protagonista, evidenciando assim a relevância da autonomia estudantil para o funcionamento desses espaços. Não somente o processo formativo a partir da prática se enriquece com a integração dos estudantes aos EMAUs como a valorização da função social da profissão, bem como a perspectiva política da arquitetura e do urbanismo e a sua importância para a gestão coletiva e democrática de projetos tanto no contexto do escritório modelo, quanto no contexto de atuação profissional e social.

4.1 O POEMA E OS SENEMAUS

O Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA) é um documento que visa nortear, configurar e estimular a criação e gestão dos EMAUs, por meio da definição conceitual, princípios éticos e dos históricos de escritórios existentes. Seus objetivos são “entusiasmar o estudante” e “expressar as características principais também em sua programação visual, o contato direto com as comunidades” (FENEA, 2005, p. 88).

Esse contínuo projeto, começou a ser elaborado em 1990, e permanece sendo discutido ao longo dos encontros promovidos pela FeNEA, em específico nos Seminários Nacionais de Escritório Modelo em Arquitetura e Urbanismo - SeNEMAUs. O projeto não possui a intenção de apresentar um passo-a-passo de como conceber um EMAU, e sim apresentar uma análise através das experiências de funcionamento daqueles que surgiram antes sua elaboração.

Importante na troca de experiências entre os membros dos EMAUs, o Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (SeNEMAU), é um encontro nacional que propicia debates sobre o ensino e a extensão universitária, especialmente no que diz respeito à democratização da Arquitetura e Urbanismo (FENEA [s.d.]). Com a participação de vários representantes de Escolas do Brasil, o primeiro SeNEMAU foi realizado na cidade de Maceió - AL no ano de 1997, com a contribuição de arquitetos e estudantes que discutiram o possível funcionamento interno do projeto e quais princípios mais se aproximavam do escritório (Idem).

O SeNEMAU tem um caráter de funcionamento voltado para práticas ativas de troca de experiências entre EMAUs (em formação e em funcionamento) que fortalece o movimento e empodera a construção e manutenção de novos escritórios. O seminário não possui um modelo formal uma vez que sua programação, apesar

de ter sido previamente pensada, é diariamente discutida e se necessário reformulada, reforçando assim sua condição de espaço democrático e participativo. O encontro é acima de tudo um ambiente de diálogo com intercâmbio de vivências e ideias, onde um saber não sobrepõe nenhum outro e os mesmos princípios que orientam os Escritórios Modelo, são exercitados e discutidos.

Os princípios do EMAU ficam evidentes durante o evento, que é construído tendo em vista a realidade social local, e o processo formativo de aprendizado coletivo, baseado na troca de saberes, valorizando processos de autoconstrução, mutirão e canteiro de obras (Figuras 1 e 2). No último evento realizado, um dos objetivos foi "entender como a relação morador produtor e moradia produto pode alimentar um sentimento de pertencimento e levar a estruturas sociais que garantem uma maior resiliência, quebrando por completo a ideologia do arquiteto Deus." (ARCHDAILY, 2019). Tais preocupações revelam uma relação inerente do projeto com a questão da sustentabilidade, entendendo o conceito de habitar como como resultado das práticas de "participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade" (LFEBVRE, 2001, p.23).



Figura 1. Mutirão de Bioconstrução na Ocupação Fidel Castro - MTST, SeNEMAU UDI 2019



Figura 2. Mutirão de Bioconstrução na Ocupação Fidel Castro - MTST, SeNEMAU UDI 2019

5. RESULTADOS

5.1 OS EMAUS PELA VISÃO DOS SEUS MEMBROS

Com objetivo de compreender a atual situação dos EMAUs e visibilizar o trabalho realizado pelos escritórios, foi realizado um questionário via google forms, disponibilizado de forma online para que membros de todos os EMAUs pudessem responder. O questionário foi divulgado a partir de grupos de WhatsApp, perfis do Instagram e grupos de e-mail, alcançando um total de 62 respostas, com representações de 25 EMAUs diferentes. A partir dos resultados alcançados foi realizada uma atualização do Mapa dos Escritórios Modelos de Arquitetura disponibilizado pela FeNEA, chagando ao resultado apresentado na figura 3.

Observa-se a partir do mapa e dos dados obtidos no questionário, que 61,5% dos EMAUs estão em pleno funcionamento, 11,5% deles não estão ativos e cerca de

26,9% estão em processo de criação/reativação. O quantitativo regional de EMAUs somam atualmente, em abrangência nacional, mais de sessenta escritórios em atividade ou em processo de criação, com uma baixa concentração de escritórios na região Norte. Entretanto, expressa um número ainda pequeno frente ao somatório de escolas de Arquitetura e Urbanismo. A participação do movimento EMAU revela uma abrangência de aproximadamente 13,3% frente à quantidade total dessas escolas: cerca de 450 instituições no âmbito público e privado (RUF, 2019).

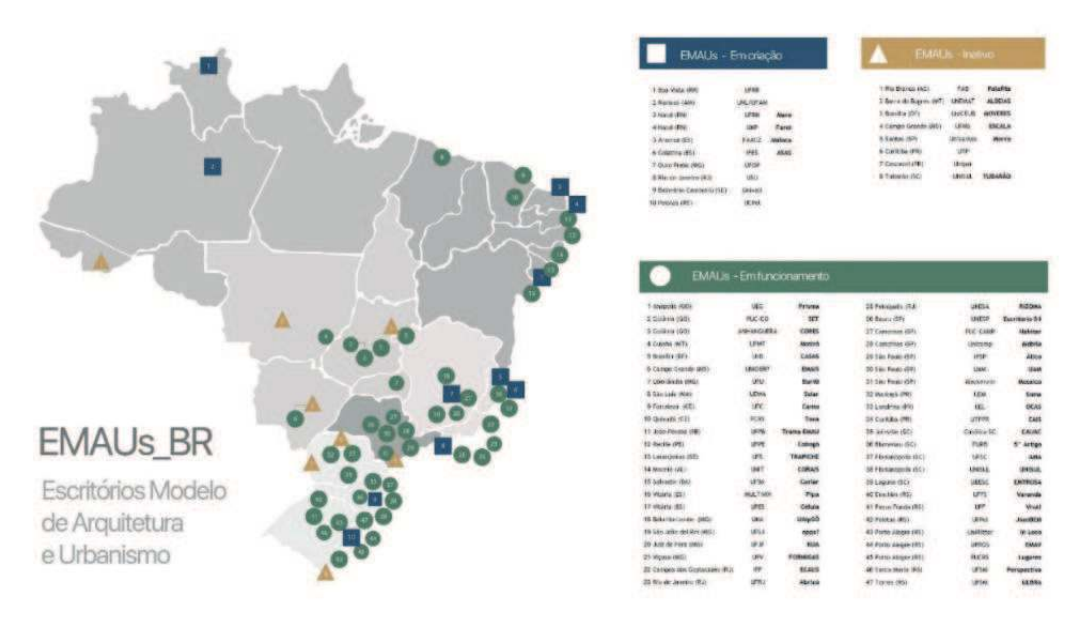

Figura 3. Escritórios modelo de arquitetura e urbanismo no Brasil. Elaborado e atualizado a partir do mapa base da FeNEA.

Dos EMAUs que participaram do formulário somente 40% são institucionalizados. Para além da oportunidade de apoio com bolsas provenientes de editais de extensão, a institucionalização se torna uma forma de garantir o reconhecimento e apoio da própria instituição para a estruturação e desenvolvimento dos projetos dentro de cada escritório. Dentre os membros que responderam à pesquisa e que participaram do escritório na condição de estudantes, somente 15% afirmou ter recebido bolsa durante a participação. Dos que afirmam ter recebido bolsa, 77% fazem parte de EMAUs que são institucionalizados. Essa relação indica a importância dos processos de institucionalização para a formalização dos grupos no âmbito universitário, inclusive como possibilidade de pleitear.

Em relação à complementação formativa, 56% dos estudantes revelaram ter participado de algum curso, capacitação, ou oficina através do escritório. Em conformidade com o caráter político que o EMAU representa, pode-se perceber ainda um engajamento dos estudantes com outras organizações estudantis, coletivos, centro acadêmicos: 51% dos participantes revelaram fazer parte de algum desses grupos. A perspectiva do coletivo se reforça nesse dado e no dado sobre a participação dos estudantes nos encontros relacionados aos EMAUs, uma vez que 60% dos respondentes já participou desses encontros.

No que diz respeito às perspectivas profissionais dos membros, 75,8% dos participantes acreditam que o EMAU agregou às suas perspectivas. Em uma outra questão sobre a atuação profissional, a atuação em ATHIS foi a mais escolhida como pretensão profissional dos estudantes, sendo marcada por 83,9% dos participantes. Já em uma questão aberta sobre as contribuições do EMAU para a formação profissional dos participantes alguns pontos como a atuação junto à sociedade, a participação a importância dos processos e metodologias coletivas, a contribuição das ações para a formação em arquitetura, perspectivas práticas de outras possibilidades de atuação profissional, que não aquela orientada pelo mercado, bem como as vivências e trocas junto às comunidades se destacaram e foram recorrentes nas falas. A partir da íntegra desses relatos foi realizada uma "nuvem de palavras" a fim de ilustrar a recorrência de alguns termos, excluindo numerais, preposições, artigos e pronomes, aparecem na figura 4 as 265 palavras mais recorrentes. Na figura, o tamanho da palavra é proporcional à frequência na qual a palavra surgiu nos relatos e ilustra a integração dessas palavras com o processo de condução do projeto EMAUs, com destaque para as palavras "arquitetura, atuação, profissional, arquiteto, EMAU, contato, social, urbanista, comunidade e comunidades." Além disso, em uma outra questão aberta sobre o diferencial do EMAU em relação a outros projetos de extensão destacou-se a participação e interação com a comunidade, prática participativa, relação com a comunidade externa, autonomia e organização estudantil, horizontalidade na gestão, demandas reais.



Figura 4. Nuvem de palavras a partir das respostas sobre a contribuição profissional do EMAU.

Dos EMAUs representados no questionário, 68% afirmou atuar em integração com outras áreas. Dentre os cursos que apareceram nas respostas estão: Pedagogia, Serviço Social, Audiovisual, Artes Plásticas, Direito, Agronomia, Geografia, Ecologia, Engenharias: Civil, Mecânica, Sanitária, Ambiental, Elétrica e de alimentos; Design Gráfico, Ciências Sociais, Pedagogia, Artes Visuais, Biologia, Psicologia, Comunicação, Geologia, Administração, Agricultura, História e Farmácia, revelando uma

diversidade de áreas que dialogam com a Arquitetura e o Urbanismo em ações transdisciplinares nos territórios.

5.2 O CONTEXTO DO CASAS

No âmbito da FAU-UnB, o CASAS - Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável se constitui como o escritório modelo da Faculdade. O processo de construção do escritório se iniciou durante uma greve ocorrida nas Universidades Públicas entre agosto e novembro de 2001. No contexto da cidade de Brasília, onde as comunidades excluídas estão à margem do projeto para a capital do país, surgiu também a necessidade de estreitar o contato com a sociedade, fazendo cumprir o papel social do arquiteto e urbanista. Por isso, no ano de 2002 o CASAS foi constituído como o EMAU da UnB. O CASAS é um projeto sem fins lucrativos de assessoria técnica às comunidades vulneráveis, pautado na troca de experiências e conhecimento, com a preocupação em formar arquitetos com consciência social.

A gestão do Escritório, feita pelos estudantes, é realizada de maneira horizontal, com todas as decisões sendo tomadas em conjunto. A seleção das demandas de projeto é efetivada por meio de reunião geral da gestão. Uma vez selecionado, o projeto é desenvolvido dentro do PEMAU (Prática em Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo), disciplina optativa da Faculdade. Criada ao longo do desenvolvimento do EMAU, a disciplina está vinculada ao CASAS, e permitiu a integração entre extensão e ensino nesse contexto. Segundo a Lei Federal No. 11.888/2008 - Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social, os escritórios modelos das Instituições de Ensino Superior (IES) estão habilitados a desenvolver atividades de assistência técnica, sob a supervisão de pesquisadores e professores (BRASIL, 2008). Dessa forma, essas ações foram sendo discutidas e realizadas por meio do escritório, tanto no âmbito do ensino, quanto através da atividade extensionista.

Orientada pelo professor responsável, a disciplina pode ser cursada por alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da UnB e concede créditos de teoria, prática e extensão. A disciplina tem o intuito de elaborar projetos, que estejam em consonância com os objetivos e princípios do CASAS, junto às comunidades e desenvolver habilidades relativas à abordagem do projeto arquitetônico como ferramenta de aproximação com os territórios. Isso a partir da premissa de que os projetos serão frutos da contribuição tanto dos alunos envolvidos quanto dos membros da comunidade em questão, despertando assim a ideia de autonomia e de reconhecimento de si enquanto ser social influente na realidade. Juntos, professor e alunos, criam metodologias de abordagem e construção de projeto a partir desse viés social. Aumentando, dessa forma, o leque de oportunidades dos alunos desenvolverem suas capacidades enquanto arquitetos conscientes do contexto social corrente e concretizando os objetivos da Extensão com um dos pilares da Universidade Pública.

Como forma de institucionalizar os projetos realizados no âmbito do EMAU, são desenvolvidos planos de ação para inscrição no Programa de Extensão de Ação Contínua (PEAC). Nesse sentido, o CASAS possui o Programa de Assistência Téc-

nica em Urbanismo e Arquitetura (PATUA) e o Ação Social em Arquitetura Sustentável (ASAS), onde se busca desenvolver projetos de Arquitetura e Urbanismo para comunidades organizadas, movimentos sociais e abordar discussões que, por vezes, são invisibilizadas no âmbito acadêmico. Temáticas como técnicas tradicionais de construção, pedagogia urbana e relações entre corpo e espaço são questões que contemplam os atuais projetos desenvolvidos pelo escritório modelo.

Atividades extensionistas como as desenvolvidas pelo CASAS, possuem grande relevância para que os formatos dos planos políticos pedagógicos sejam de fato discutidos e questionados dentro das escolas de Arquitetura e Urbanismo, a fim de se entender o papel social do profissional formado por sistemas de ensino que em geral não questionam minimamente as relações de projeto fomentadas e desenvolvidas desde a academia até o mercado de trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que a extensão cria uma ponte entre o ensino e a comunidade, entretanto, essa relação não é dada de forma unilateral. O conhecimento trocado durante esses processos de ensino/aprendizagem deve servir também para que a academia pratique constantemente o exercício de autocrítica quanto ao ensino produzido e que, por vezes, não reflete realidade na qual a faculdade está inserida.

6. CONCLUSÕES:

Este artigo apresenta a importância do projeto EMAU no contexto da extensão universitária dos cursos de arquitetura e urbanismo. A partir da estruturação do projeto, é possível estabelecer uma perspectiva possível de atuação extensionista que observa desde a sua concepção, a comunicação como premissa para ação em uma educação verdadeira, que considera a realidade dos sujeitos, e que se preocupa com uma visão multidimensional da sustentabilidade em uma perspectiva transdisciplinar, valorizando os processos de aprendizagem e troca de saberes a partir dos territórios.

A participação dos diversos EMAUs e seus representantes deixam evidentes a contribuição do escritório para uma perspectiva de atuação profissional diversa que valoriza a função social e política da profissão e que apresenta novos horizontes não somente em relação à prática da arquitetura e do urbanismo, como também ao aprendizado e ao fazer ciência. Ressaltamos assim, os escritórios como importantes ferramentas para promoção da Extensão Universitária, e para a solidificação do tripé institucional Ensino, Pesquisa e Extensão.

O contexto do EMAU CASAS, prova que é possível associar a extensão ao ensino e abre caminhos para práticas arquitetônicas que se baseiam na sustentabilidade e na realidade dos territórios que, no formato de extensão, podem se inserir nos currículos das escolas de arquitetura e urbanismo. Com base nesse cenário e naqueles apresentados pelos participantes da pesquisa, acreditamos que não somente a valorização do projeto EMAU como prática de ensino, deve ser incorporada no contexto da curricularização da extensão como consideramos primordial, a integração efetiva com outras áreas do conhecimento internas e externas ao universo acadêmico.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, L. M. de S. (2014). Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem. Tese de doutorado.

ArchDaily (2019). Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo - SeNEMAU. Disponível em: https://bityli.com/fBSSEC

Brasil (2008). Lei da Assistência Técnica. lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

Brasil (2014). Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014.

Brasil (2018 a). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Brasil (2018 b). Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020].

FeNEA ([s.d]). SeNEMAU. Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: http://www.fenea.org/senemau-1

FeNEA (2005). Projeto de Orientação à Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA). Disponível em: https://bityli.com/Min3X9

FeNEA. (2007). Carta de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: https://bityli.com/hHWT9F

Freire, P. (1983). Extensão ou comunicação? São Paulo: Paz e Terra.

Lefebvre, H. (2001). O direito à cidade. São Paulo: Centauro.

Moassab, A. e Name, L. (2020) Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo. 1. ed. Foz do Iguaçu: EDUNILA.

Rios, G. A. (2012). As cidades como cenários de uma aprendizagem integradora. Em Aberto, Brasília, v. 25, n. 88, p. 163-174, Disponível em: https://bityli.com/fdz96n

RUF (2019). RUF 2019. Ranking Universitário da Folha. https://bityli.com/Caw94m